

## INTERFACES ENTRE RELIGIÕES E POLÍTICA NA CONTEMPORANEIDADE

*Contemporary interfaces between religions and politics*

José W. A. Neves Jr.<sup>1</sup>  
Frank Antônio Mezzomo<sup>2</sup>  
Ari Pedro Oro<sup>3</sup>

### RESUMO

As últimas décadas da história brasileira e mundial foram marcadas pelo fortalecimento de grupos e vertentes políticas que se pautam em princípios provenientes de visões de mundo religiosas para justificar suas ações no espaço público e suas articulações na esfera política. É dentro deste sistema complexo de análises científicas que surgiu a proposta do presente dossiê, que acolheu pesquisas em Ciências Humanas e Sociais preocupadas com a compreensão das diferentes configurações que assume o fenômeno das “Interfaces entre Religiões e Política na Contemporaneidade”. O presente texto, deste modo, divide-se em dois momentos principais: primeiro traçamos um panorama sobre as tendências mais frequentes de abordagem analítica, que buscam relacionar os vínculos entre religiões e vertentes políticas conservadoras; em seguida problematizamos exemplos de momentos históricos em que grupos e instituições religiosas posicionaram-se a partir de propostas potencialmente progressistas de transformação da realidade social em que se encontravam inseridos. O campo de debate é promissor e as discussões estão em curso, de maneira que nosso intuito é o de provocar a continuidade no desenvolvimento de pesquisas acerca da temática das relações entre religião e política nas sociedades contemporâneas.

**Palavras-chave:** Religiões e Religiosidades; Política Contemporânea; Democracia.

### ABSTRACT

The last decades of Brazilian and global history were marked by the fortification of groups and political wings that ground their principles in religiously worldviews to justify their action in the public space and their mobilization in the political sphere. It's inside this complex frame of scientific analyzes possibilities that emerged the proposal of this dossier, that welcomed Social and Human Sciences researches that are concerned with the many configurations assumed by the “Contemporary Interfaces between Religions and Politics” phenomenon. Therefore, this paper is divided in two major moments: first we drawn a panoramic overview about the most usual tendencies of analytical approach, that relate the bonds between religions and conservative political wings; then we problematized concrete examples of historical moments when religiously groups and institutions positioned themselves in favor of potentially progressive proposals of social reality remaking. The debating field is promising, and the discussions are on the agenda, thereby, our intention is to induce the continuity development of researches about the thematic of the relations between religion and politics at the contemporary societies.

**Keywords:** Religions and Religiousness; Contemporary Politics; Democracy.

---

<sup>1</sup> Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de São Paulo (UNESP/Marília). Pesquisador Colaborador do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

<sup>2</sup> Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). A organização do dossiê faz parte das atividades de pós-doutorado, apoiada pela Fundação Araucária/CAPES, cuja supervisão é do Prof. Ari Oro (PPGAS/UFRGS)

<sup>3</sup> Doutor em Antropologia – Estudos da América Latina pela Universidade de Sourbonne (Paris/França). Professor Titular do Departamento de Antropologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

## Introdução

A *Revista Relegens Thréskeia*, na publicação do segundo número de 2021, traz para o debate o dossiê “Interfaces entre religiões e política na contemporaneidade”. Composto por artigos produzidos a partir do campo das Ciências Sociais e Humanidades, coloca em pauta uma discussão ainda em curso e, registra-se, aquecido pelas controvérsias e complexidades que marcam a sociedade contemporânea, e o Brasil em particular. As narrativas sobre o tempo presente e sobre a tradição, realizadas por diferentes grupos sociais e instituições, são construídas na chave de novas ressignificações e sentidos que parecem encontrar assento e eco nas sociabilidades. O campo da religião afeta e é afetado por tais dinâmicas.

Novos e antigos personagens e representações simbólicas, reais ou imaginárias, passam a circular e, como um amálgama, assumem forma e significado no cotidiano dos sujeitos. Há uma concorrência pela plausibilidade de narrativas que, entre outros acionamentos, giram em torno: do comunismo e suposto pacto com as forças malignas; dos fascismos no passado e no presente; da relevância da ciência e do conhecimento; do revisionismo e negacionismo históricos; do modelo de sociedade e Estado, entre outros aspectos. Nesse debate discursivo fica patente que a religião – a despeito de um vaticínio privado de sua existência e presença pública, não confirmado socialmente – não somente tem visibilidade como compõe a esfera pública, despertando especulações acerca da laicidade do Estado e secularização da sociedade. A religião e as religiosidades, definitivamente, não parecem alheias das discussões sobre pautas morais, o respeito às minorias, definição e garantias dos direitos humanos, defesa do Estado democrático e de direito e, claro, no lobby político onde, no caso brasileiro, parcela significativa das Igrejas, em particular as evangélicas de matriz pentecostal, tem incensado e hipotecado apoio pragmático ao Executivo federal e realizado ações coordenadas nos legislativos municipais e estaduais. É patente, e a literatura vem apontando para essa questão, que governo e igrejas (sobretudo pentecostais, mas também parcela de católicos de tendência conservadora) estabelecem relações de interesses econômicos evidentes, como o perdão fiscal das dívidas das igrejas, organizações como editoras e instituições beneficentes etc. Tais articulações, pouco publicizadas, ficam escondidas sob o manto da ostentação pública de uma moralidade conservadora que procura estender para toda sociedade seus valores e princípios (ORO; ALVEZ, 2020; ALMEIDA, 2019; CARRANZA, 2019).

Embora esse movimento não seja novo, no caso brasileiro é flagrante que tal aliança foi intencionalmente potencializada pelo governo Bolsonaro, o qual agiu para que aquelas parcelas

religiosas, evangélicas e católicas conservadoras, pretendessem ou quisessem atuar como religiões públicas, em conformidade com as constatações de Casanova (2012). Lembremos que para o sociólogo espanhol, a religião pública não somente atua e se faz presente no espaço público, mas também pretende influenciar em suas regras de funcionamento e estruturação. Tal é a intenção explicitada em vários pronunciamentos, tanto do presidente da república quanto de lideranças evangélicas e católicas brasileiras.

Na esteira dessas considerações, buscamos traçar uma breve reflexão acerca de determinados aspectos que perpassam as complexas relações entre as religiões e religiosidades na sociedade contemporânea, envolvendo diferentes atores e grupos políticos. Essa problemática de pesquisa perpassa distintas correntes e vertentes de análise, não apenas no campo de conhecimento das Ciências Sociais como, também, em disciplinas como Antropologia, Sociologia, Ciências das Religiões, História, Comunicação Social, Direito, Filosofia e Serviço Social.

Desde Marx (2005), Durkheim (1989) e Weber (2001), ainda que de forma distinta, a problemática do modo como as religiões e religiosidades influi no processo de construção e transformação das relações sociais se evidencia como um dos múltiplos objetos de análise do campo das Ciências Sociais. As diferentes correntes de investigação que se desenvolveram no decorrer do século XX não abandonaram a preocupação com a questão, de maneira que ela passou a se consolidar como uma demanda gradualmente relevante para as investigações sobre as sociedades.

Notamos, neste sentido, as necessárias autocríticas dos paradigmas acerca do processo de secularização que estaria vigente em nível mundial, em decorrência do desenvolvimento da modernidade<sup>4</sup>. Frente à constatação empírica da existência da religiosidade na integração de indivíduos em comunidades, ou na mobilização popular a partir de pautas comuns aos interesses internos destas comunidades religiosas, novos estudos passaram a propor conceituações diferentes para apreender estas especificidades da sociedade contemporânea.

Autores como Peter Berger (2000; 2017), por exemplo, passaram a se posicionar no sentido de afirmar um processo de dessecularização do mundo, no qual o retorno dos indivíduos à religiosidade decorreria da crise de sentido do processo de secularização. Em outra vertente, Jürgen Habermas (2008; 2013) contribui com a proposição da consolidação de uma sociedade pós-secular, decorrente de uma dialética inacabada da modernidade secular, que se caracteriza

---

<sup>4</sup> Segundo Bruce (2016), o paradigma da secularização tem como principal fundamento a defesa da existência de um processo em curso de transformação da presença e natureza da religião na vida social.

pela convivência entre a racionalidade, marcadamente no espaço público e na política, e pelo cultivo, cada vez mais expressivo, da religiosidade subjetiva, no âmbito privado, mas não enclausurado nesse âmbito. O filósofo alemão entende que na sociedade pós-secular há certa sensibilidade em relação ao poder e ao conhecimento oriundo do religioso, indicando que existe a possibilidade de uma tradução eficiente, que transforme valores de uma religião específica em valores públicos, comuns a todos (CRUZ, 2004). A propósito, arremata Habermas, há a “impresión de un ‘resurgimiento global de la religión’: la expansión misionera, la radicalización fundamentalista y la instrumentalización política del potencial para la violencia de las tres grandes religiones del mundo” (HABERMAS, 2008, p. 5).

Tomando certa distância da realidade europeia, podemos também indicar a construção de teorias sociais que buscam explicar os múltiplos e distintos processos históricos que se estabeleceram entre religião e política em diversos países do mundo. No caso do Brasil, por exemplo, é válido indicar, entre outras, a tese, defendida por Raymundo Faoro (2012) e Roniere Amaral (2010), do desenvolvimento de uma secularização de *júri* e não de *facto*. Essa noção implica reconhecer que, no caso brasileiro, apesar das pressuposições legais de separação entre Estado e Religião, a segunda jamais deixou de influir, de forma mais ou menos perceptível, nos processos decisórios e de participar no direcionamento político da população. Parece soar como um mantra reflexivo a afirmação de Sanchis (2001, p. 40), escrita no início dos anos 2000, quando diz que, para o caso brasileiro, “‘as formas contemporâneas de religião’ não vão mais deixar de articular-se visivelmente à política”.

É válido traçarmos, mesmo que de forma sintética, alguns apontamentos conceituais. Em primeiro lugar, indicamos que a apreensão de democracia(s) é feita a partir das contribuições de Charles Tilly (2013), reconhecendo este regime político como majoritariamente caracterizado pela tendência à instabilidade, tendo em vista que seus princípios basilares partem do reconhecimento do direito à defesa de múltiplas pautas possíveis. Ou seja, tanto de forças defensoras do contínuo processo democratizante quanto de vertentes que advogam em favor da implementação de medidas antidemocráticas ou, mesmo, pelo desencadeamento de processos desdemocratizantes.

No que tange à classificação das vertentes de pensamento e posicionamento político-sociais, indicamos as contribuições de Karl Mannheim (1981), sendo pertinente, para as dimensões reflexivas deste texto, a explicitação simplificada das vertentes do pensamento político vinculadas: ao *tradicionalismo*, entendido enquanto forma de significar a realidade que parte do apego ao passado, comumente fundamentada por percepções religiosas, e que tende a

desencadear reações coletivas frente a propostas de inovações e transformações nas sociedades; ao *conservadorismo*, apreendido como forma de organização política e social, mais estratégica e complexa, que busca organizar ações em prol do combate das transformações ou da mera manutenção das condições de existência; e ao *progressismo*, caracterizado pelas vertentes de organização política e social que visam mobilizar forças no sentido de implementar mudanças qualitativas na sociedade e, em última instância, condicionando a transformação da vida social em múltiplos campos<sup>5</sup>.

A partir de tais noções, que permearam a construção e a proposição do dossiê, convidamos o leitor para juntos fazermos uma incursão nos textos aprovados e ora publicados, destacando alguns elementos recorrentes e particularidades que estão presentes nos manuscritos.

### **Tendências vinculantes entre tradicionalismo religioso e conservadorismo político**

São distintos os exemplos de eventos recentes que permitem problematizar o forte potencial de articulação e mobilização popular decorrentes da junção entre tradicionalismos religiosos e perspectivas políticas tendencialmente conservadoras. No Oriente Médio, por exemplo, o Afeganistão foi submetido, no segundo semestre de 2021, não só à rápida tomada de poder pelo Talibã<sup>6</sup> como, logo em seguida, passou a constituir-se enquanto espaço de disputa entre o grupo que assumiu o poder e o Estado Islâmico<sup>7</sup> – que, inclusive, vem distendendo esforços para ampliar seu domínio tanto no Oriente Médio quanto na África.

No caso brasileiro, a recente ascensão do bolsonarismo, enquanto fenômeno político que explicita fortes vinculações com a religiosidade cristã (mais enfaticamente aquelas provenientes de matriz evangélica pentecostal), é um dos mais explícitos exemplos desta junção mobilizadora entre interesses políticos conservadores e elementos típicos do tradicionalismo

---

<sup>5</sup> É válido indicar que Mannheim (1981) não deixa de reconhecer a diversidade de formas que estas vertentes tendem a assumir na realidade concreta. A categoria de pensamento *reformista*, nos parâmetros propostos pelo sociólogo húngaro, constitui, justamente, um elemento de dupla possibilidade, podendo tanto ser apropriada no sentido do reformismo-conservador (que visa implementar medidas de transformação “cirúrgicas” na sociedade para possibilitar a reprodução da ordem), quanto do reformismo-progressista, que objetiva desencadear transformações pontuais, que favoreçam melhorias qualitativas de curto prazo e de baixo alcance.

<sup>6</sup> Surgido na década de 1990, o Talibã se constitui enquanto movimento fundamentalista e nacionalista islâmico. Tinha como proposta contrapor-se às influências internacionais exercidas no Paquistão e Afeganistão, provenientes das disputas entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) durante o período de Guerra Fria.

<sup>7</sup> Sem objetivar adentrar no mérito das discussões teológicas e históricas dos princípios que fundamentaram a percepção de “Estado Islâmico” ao longo dos séculos, nos limitamos a referenciar suas configurações na realidade contemporânea, que se caracterizam pela junção de princípios conservadores de organização política e jurídica do Estado com embasamento no tradicionalismo religioso proveniente da lei islâmica (DAMIN, 2015).

religioso. Essa problemática, sem desconsiderar todas as suas especificidades, se insere em um contexto internacional de fortalecimento de propostas antidemocráticas ou mesmo desdemocratizantes<sup>8</sup>.

Dentro desta perspectiva, o historiador Wander de Lara Proença participa do dossiê com um artigo que analisa de forma específica a problemática da crescente integração de pautas vinculadas à direita com a participação dos evangélicos no cenário político e eleitoral brasileiro. O historiador Rodolfo Silva Moura, por sua vez, optou por contribuir com uma investigação que parte dos resultados eleitorais à Presidência da República de 2018 para, em outra perspectiva, voltar-se especificamente à problematização das particularidades do envolvimento político de indivíduos vinculados ao pentecostalismo. Já as jornalistas Carolina Falcão e Emanuelle Gonçalves Brandão Rodrigues, desenvolvem uma análise das relações estabelecidas entre os valores do tradicionalismo religioso e a perspectiva política e econômica neoliberal presente nos discursos de Damares Alvares, que atualmente ocupa o cargo de Ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos no governo de Jair Bolsonaro.

Estes três trabalhos em particular explicitam, em primeiro lugar, a preocupação, necessária aos distintos campos do conhecimento, com as ameaças concretas de retrocesso que se apresentam à democracia brasileira na contemporaneidade e, ao mesmo tempo, enfatizam a forte tendência de vinculação entre o tradicionalismo religioso e vertente do pensamento conservador, fenômeno que se explicita de forma distinta em múltiplos exemplos históricos e contemporâneos.

Neste sentido, somos impulsionados a problematizar o caráter nocivo que esta vinculação entre tradicionalismo e conservadorismo assumiu no contexto da Pandemia Covid-19, que eclodiu em nível internacional no final do ano de 2019 e com efeitos socioeconômicos catastróficos ao longo de 2020 e 2021. Algumas lideranças conservadoras, como os exemplos do ex-presidente estadunidense Donald Trump (2017-2021) e do atual presidente brasileiro Jair Bolsonaro, apropriaram-se do espaço público e de seus prestígios políticos para proferir discursos negacionistas, tanto da própria pandemia quanto da ciência, contribuindo para o aumento do número de vítimas.

Este tema é discutido pela publicitária Bruna de Mello Franco e pelo historiador Maximiliano Martin Vicente. A partir da problematização das relações contemporâneas entre

---

<sup>8</sup> Entre outras, citamos como exemplos de lideranças mundiais da extrema-direita, e que vêm se destacando no cenário político dos últimos anos, o estadunidense Donald Trump, a francesa Marine Le Pen e o italiano Matteo Salvini.

religião e mídia social e dos vínculos estabelecidos entre o pastor Silas Malafaia (Assembleia de Deus) e Jair Messias Bolsonaro, os autores fornecem reflexões sobre os distintos problemas decorrentes destes fenômenos, como o fortalecimento de propostas conservadoras e a difusão de perspectivas anticientíficas que contribuíram para o aprofundamento da crise sanitária brasileira decorrente da Pandemia Covid-19.

A problemática do papel desempenhado pelos meios de comunicação sociais na difusão e reprodução de princípios conciliatórios entre as perspectivas religiosas e políticas é tema que perpassa, também, a contribuição do jornalista Kevin Willian Kossar Furtado que, investigando a *Revista Adventista*, buscou debater as orientações e reflexões oficiais contidas na revista acerca do posicionamento que os leitores deveriam tomar em relação à política nacional.

As contribuições recebidas neste dossiê demonstram a forma como, nos últimos anos, distintas áreas das Ciências Sociais e Humanas passaram a direcionar seus esforços em busca da compreensão das diferentes facetas assumidas pelas interações entre conservadorismo e tradicionalismo religioso, que viabilizaram e ainda perpassam as estratégias de grupos políticos antidemocráticos em nível nacional e internacional.

Não deixando de considerar esta visível tendência majoritária de vinculação entre tradicionalismo religioso e pensamento conservador, é válido, também, indicar a existência de lideranças e grupos religiosos que buscaram se posicionar a partir de pautas progressistas na realidade social. Por exemplo, no ano de 2017, o padre Fábio de Melo publicou, juntamente com o filósofo ateu Leandro Karnal, o livro *Crer ou não crer*, onde os autores dialogam entre suas perspectivas demonstrando como é possível a convivência, e mesmo um diálogo saudável, entre as diferentes propostas de compreensão da vida e da sociedade. Alguns textos do dossiê seguiram nessa direção, apontando, portanto, outras facetas públicas das religiões e religiosidades no mundo contemporâneo.

### **Vínculos e propensões ao progressismo**

As configurações contemporâneas das relações estabelecidas entre religiões e política engendram, ainda, novas contradições que demandam análises acerca da complexidade que a realidade assume na atual conjuntura. Se, por um lado, indicamos anteriormente a tendência de lideranças políticas conservadoras se vincularem, nos últimos anos, a elementos do tradicionalismo religioso para promoverem-se no espaço público, por outro, é interessante a constatação de que há, ao mesmo tempo, uma ascensão de lideranças vinculadas a perspectivas tomadas como reformistas e progressistas no âmbito institucional das religiões.

Vejamos, por exemplo, o surgimento e difusão das Igrejas inclusivas<sup>9</sup> e a própria eleição, no ano de 2013, do argentino Jorge Mário Bergoglio<sup>10</sup>, o Papa Francisco, à liderança da Igreja Católica Apostólica Romana (ICAR), uma das mais tradicionais instituições religiosas do cristianismo ocidental. Estes exemplos, entre outros possíveis, são aqui tomados para indicar esta forma complexa como as religiões e religiosidades interagem, e sofrem transformações de acordo com as especificidades conjunturais em que se encontram inseridas. Tais experiências históricas do mundo recente reforçam a possibilidade de se construir propostas mais progressistas, ou reformistas, e que fazem parte do léxico cognitivo do campo religioso. Retomando Habermas, é possível transpor as prescrições morais da religião, admitindo suas pretensões cognitivas superando, inclusive, os abismos entre a fé e a ciência (HABERMAS, 2008; CRUZ, 2004).

Dentro desta perspectiva, o historiador João Baptista Gime Luís contribui neste dossiê com uma interessante investigação acerca das especificidades assumidas pelo catolicismo e protestantismo no processo de colonização da Angola, propondo, mais precisamente, discutir o caráter emancipatório que o *tokoismo*, movimento anticolonialista de forte influência católica e protestante, assumiu durante o processo de luta angolana pela independência de Portugal.

Existem, ainda, outros exemplos que podem ilustrar este potencial progressista de setores institucionais das religiões em prol de lutas políticas, sociais e culturais. No caso da América Latina, mais próximo de nossa realidade, é possível lembrar o papel fundamental desempenhado não só pelas lideranças católicas vinculadas à Teologia Libertação<sup>11</sup>, como, também, de lideranças protestantes que aderiram à luta contra as ditaduras militares que se instalaram em diversos países latino-americanos<sup>12</sup>.

As relações entre a ICAR e o Estado brasileiro, no âmbito dos últimos três séculos, são complexas e amplas, podendo ser abordadas por inúmeros prismas e a partir de diferentes

---

<sup>9</sup> Surgindo em Los Angeles (EUA) no ano de 1968, as Igrejas inclusivas partem de princípios de respeito e integração de pessoas LGBT's tanto em seu quadro de fiéis quanto de dirigentes (SANTOS, 2019).

<sup>10</sup> Primeiro latino-americano escolhido para a liderança do Vaticano, o Papa Francisco se destaca no cenário internacional por posicionar-se a favor de pautas progressista, inclusive se assumindo publicamente como contrário às propostas políticas de lideranças conservadoras como as do estadunidense Donald Trump e do brasileiro Jair Bolsonaro (SOUZA; BATISTA, 2021).

<sup>11</sup> Movimento bastante complexo, a Teologia da Libertação constitui-se por leigos e clérigos da Igreja Católica que, por volta de 1970, passaram a se posicionar de forma crítica à postura elitista reproduzida pela Igreja, aderindo à defesa dos setores populares oprimidos e a luta no combate aos regimes ditatoriais instaurados no mundo, tornando-se alvo de perseguição tanto destas ditaduras quanto dos serviços de inteligência estadunidenses (AMARAL, 2010; LOWY, 2000; PRASHAD, 2020).

<sup>12</sup> Tendo em vista os limites deste texto, indicamos como exemplo o papel central do pastor presbiteriano Jaime Wright que, juntamente com Dom Paulo Evaristo Arns, coordenou o projeto "Brasil: Nunca Mais", responsável pela denúncia em nível internacional dos crimes cometidos pela ditadura militar brasileira (1964-1985).

temporalidades. Tivemos desde o regime do padroado no século XIX, para uma concordata moral na década de 1930 e, partir dos anos 1960 até finais do século XX, certo apoio, silenciamento e distensão com os governos militares (BEOZZO, 2007; ORO, 2006). Nesse dossiê, a propósito, os cientistas da religião, Sérgio Rogério Junqueira e Terezinha Sueli Rocha contribuem com um trabalho de análise qualitativa acerca das influências e pressões exercidas pela ICAR e pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) no processo de concepção e produção das diretrizes nacionais para a disciplina de Ensino Religioso. Aliás, as disputas pelo ensino, na história do Brasil, remontam ao período colonial e com capítulos tensos vividos no final da primeira república, envolvendo alta cúpula da Igreja Católica e o Estado.

Notamos, portanto, o caráter múltiplo e distinto que as relações estabelecidas entre religiões e políticas assumem em determinadas conjunturas, reforçando, assim, a complexidade e relevância deste tema de pesquisa. Neste sentido, é pertinente indicar a contribuição feita pelos historiadores Alfredo Moreira da Silva e Wesley dos Santos Araújo, que buscam, justamente, apreender as distintas especificidades que caracterizam a forma como diferentes instituições religiosas, localizadas no centro e na periferia de Santo Antônio da Platina, se relacionam com o poder público no município paranaense.

Assim, é relevante reforçar nossa concordância em evitar e prevenir a abordagem científica das religiões e religiosidades a partir de perspectivas dicotômicas da realidade, que partam de princípios de caracterização dos fenômenos em questão como necessária e estritamente vinculados ao conservadorismo ou progressismo. As ponderações que apresentamos partem do reconhecimento de que na realidade concreta, as nuances que caracterizam as especificidades dos fenômenos sociais são bem mais complexas que aquelas estabelecidas a partir de esquemas dicotômicos, demandando, portanto, análises e dinâmicas que apreendam os elementos que condicionam as configurações destes objetos em conjunturas específicas.

### **Considerações finais**

As relações que se estabelecem na complexidade da vida social entre a política e as religiões e religiosidades são marcadas por múltiplas formas de injunções e de transformações. Se por um lado, lideranças e grupos religiosos obtêm êxito no direcionamento de processos políticos – nos diferentes níveis de organização do Estado – por outro, as mudanças políticas e ideológicas influem diretamente nas reformulações de visões de mundo que atribuem sentido à relação da religiosidade frente à conjuntura histórica. Nas últimas décadas, observamos um

processo mundial de ascensão de novas formas de estabelecimento desta emblemática interação, tanto no que tange ao surgimento de instituições religiosas detentoras de proposições inclusivas – potencialmente progressistas no sentido da atuação política – quanto no fortalecimento de grupos religiosos difusores de propostas políticas com caráter conservador e muitas vezes marcados por características antidemocráticas. No caso brasileiro, e retomando ao século XV, arriscamos dizer, sem ferir os cânones das ciências, que as religiões e as religiosidades não estiveram afastadas da esfera pública. E mais, que a história do tempo presente é marcada por intensas aproximações pragmáticas e simbólicas entre o campo político e religioso. Arremata o antropólogo Otávio Velho (2012), dizendo que “Quem acha que religião e política não se misturam, não entende nada nem de religião, nem de política”.

Procuramos no presente texto traçar um panorama acerca da problemática proposta para discussão neste dossiê, isto é, das “Interfaces entre religiões e política na contemporaneidade”. Para tanto, apropriamo-nos de exemplos de fenômenos contemporâneos e das próprias contribuições recebidas para compor este volume. De forma sucinta, buscamos evidenciar a forma complexa e dinâmica que as relações entre política e religiões podem assumir no cotidiano da vida social.

Reconhecemos, especialmente, a grande tendência ao desenvolvimento de pesquisas que se voltam para a compreensão do protagonismo político galgado por lideranças religiosas. O que notamos é que há vínculos discursivos entre o pensamento conservador e o tradicionalismo religioso que, em muitas situações, tratam de visões de mundo que parecem conflitar com os princípios da democracia e da laicidade do Estado.

Por outro lado, não deixamos de indicar experiências históricas, passadas e contemporâneas, que demonstram as potencialidades de transformações das formas religiosas de interpretação do mundo. Tais situações corroboram para a tomada de posição em sentido reformista ou progressista diante dos problemas inerentes à realidade social.

É pertinente, ainda, indicarmos a diversidade de áreas do conhecimento, em Ciências Humanas e Sociais, que contribuíram para a composição deste dossiê, fato que reforça a necessidade e relevância do estabelecimento de vínculos e diálogos para uma construção multidisciplinar do conhecimento científico, especialmente considerando a multiplicidade de temas comuns que constituem os objetos de pesquisa do universo acadêmico.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo. Bolsonaro presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, v. 38, n. 1, pp. 185-213, jan./abr. 2019.
- AMARAL, Roniere. *Milagre político: catolicismo da libertação*. São Paulo: Annablume, 2010.
- BEOZZO, José Oscar. O catolicismo: história e contemporaneidade. In: MANOEL, Ivan; CARRANZA, Brenda. *Evangélicos: o novo ator político*. In: GUADALUPE, José Luis Pérez; CARRANZA, Brenda (Orgs.). *Novo ativismo político no Brasil: os evangélicos do século XXI*. Rio de Janeiro: Konrad Adenauers Stiftung, pp. 171-192, 2020.
- FREITAS, Nainora Maria Barbosa (Org.). *História das religiões: desafios, problemas e avanços teóricos, metodológicos e historiográfico*. 2 ed. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 17-55.
- BERGER, Peter. A dessecularização do mundo: uma visão global. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 9-24, 2000.
- BERGER, Peter. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BRUCE, Steve. Secularização e a impotência da religião individualizada. *Religião & Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 178-190, 2016.
- CASANOVA, José. *Genealogías de la secularización*. Barcelona: Anthropos Editorial; México: Universidade Nacional Autónoma de México, 2012.
- CRUZ, Eduardo. A propósito de um texto de Habermas: a herança brasileira de um dilema da civilização ocidental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 331-340, 2004.
- DAMIN, Cláudio. Surgimento e trajetória do Estado Islâmico. *Boletim Meridiano 47*, Brasília, v. 16, n. 148, p. 26-33, 2015.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.
- HABERMAS, Jürgen. *Fé e saber*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- HABERMAS, Jürgen. El resurgimiento de la religión, ¿un reto para la autocomprensión de la modernidad? *Dinóia*, México, v. 53, n. 60, p. 3-20, 2008.
- LÖWY, Michael. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- MANNHEIM, Karl. O pensamento conservador. In: MARTINS, José de Souza. *Introdução crítica a Sociologia Rural*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981, p. 77-131.
- MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005.

- MELO, Fábio; KARNAL, Leandro. *Crer ou não crer*. São Paulo: Editora Planeta, 2017.
- ORO, Ari Pedro. Religião e política no Brasil. *Cahiers des Amériques Latines*, França, v. 48, n. 49, p. 205-222, 2006.
- ORO, Ari Pedro; ALVES, Daniel. Jair Bolsonaro, líderes evangélicos negacionistas e a politização da pandemia do novo coronavírus no Brasil. *Sociedad y Religión*, Buenos Aires, v. 30, n. 54, p. 121-147, 2020.
- PRASHAD, Vijay. *Balas de Washington*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- SANCHIS, Pierre. Desencanto e formas contemporâneas do religioso. *Ciencias Sociales y Religión*, Campinas, v. 3, n. 3, p. 27-43, oct. 2001.
- SANTOS, Lucas. “Somos uma igreja como qualquer outra”: modelo de santidade e dissidências sexuais e de gênero em uma igreja inclusiva de Salvador. *Sociologias Plurais*, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 113-132, 2019.
- SOUZA, André Ricardo; BATISTA, Breno Minelli. Os efeitos políticos no Brasil dos sete anos iniciais do Papa Francisco. *Revista Brasileira de História das Religiões*, Maringá, v. 13, n. 39, p. 189-206, 2021.
- TILLY, Charles. *Democracia*. Petrópolis: Vozes, 2013.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- VELHO, Otavio. Contracapa. In: ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto; CIPRIANI, Roberto; GIUMBELLI, Emerson. *A religião no espaço público: atores e objetos*. São Paulo, Ed. Terceiro Nome, 2012.